

**KUPERMANN, Esther.** *Velha Bossa Nova: a SUMOC e as disputas políticas no Brasil dos anos 50.* Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ, 2012

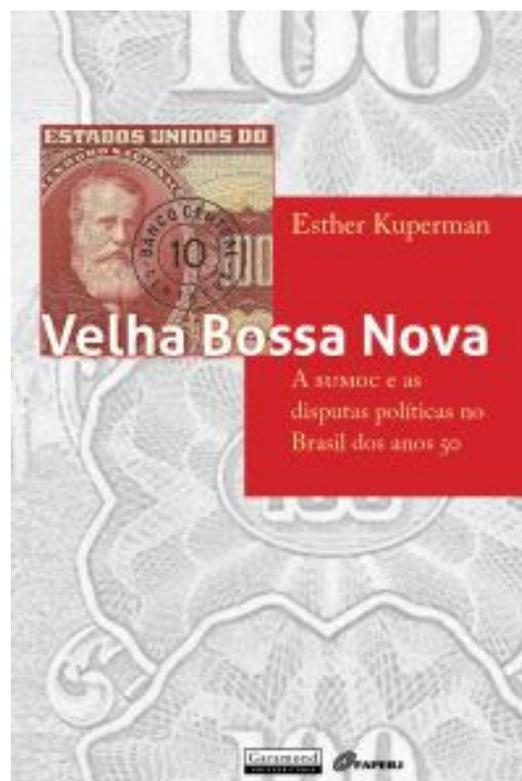
### PREFÁCIO

**Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros**  
– Antropóloga

*Mais importante do que uma análise é a consciência do estudo do passado como algo em conexão com o presente, o que torna possível produzir o entendimento de nosso papel como atores sociais e da produção histórica como uma ferramenta para a compreensão e transformação da sociedade.*  
(**Esther Kuperman**, p 65)

A epígrafe é a apresentação da metodologia utilizada pela autora na elaboração de rigorosa pesquisa em documentação primária e secundária, vasta e selecionada bibliografia, além de consulta esmerada em hemerotecas e visitas constantes a sites que disponibilizam informações essenciais a um trabalho de Doutorado sobre tema tão candente quanto a análise do desenvolvimentismo brasileiro de meados do século XX, aprofundando o entendimento de algumas de suas vertentes. Todas as técnicas de pesquisa foram instrumentos para a busca de dados da realidade, nesta reconstituição das dinâmicas históricas de uma época ou de um bloco histórico, em suas variadas e contraditórias manifestações da vida social.

Numa perspectiva essencialmente gramsciana, Esther Kuperman procede ao estudo esmerado da produção



intelectual e das atuações no campo da política, de três personagens vitoriosos na luta pela hegemonia, em toda a complexidade de que esse conceito se reveste, porque sua produção se efetivou com a exitosa estratégia também de violência e dominação de classe, além do uso da intervenção estrangeira em seu favor. Para alcançar a vitória das ideias que difundiram e implementaram em suas ações de convencimento e condução do projeto liberal com o qual se comprometeram desde o encontro de Bretton Woods, Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, condutores de discípulos que se reproduzem até hoje no cenário da sociedade brasileira, foram personagens cujas estratégias reclamam uma outra pesquisa, talvez realizada por esta mesma autora, sobre os destinos reservados aos defensores de projetos derrotados no campo de debates sobre as concepções de Desenvolvimento.

O insucesso de projetos de desenvolvimento nacionalista, como o

proposto por Josué de Castro, defendido por setores da intelectualidade brasileira e dos movimentos sociais como as ligas camponesas, expõe a face de um confronto que, a partir da ocupação de postos do Estado por adeptos do liberalismo, significou sempre, no nível das práticas políticas governamentais, a mais dura repressão, com a violência explícita legalizada por um sistema jurídico que, como na Alemanha de Hitler, e no Brasil atual, criminaliza todas as ações populares em defesa da vida e da dignidade humanas. Também todos os intelectuais ligados a essa linhagem de pensadores, que concebiam desenvolvimento não como crescimento monetário e equilíbrio do mercado, mas como soberania, pleno emprego, dignidade, educação e saúde da população, foram drasticamente expulsos dos debates por feroz repressão manifestada em prisões, cassação de empregos e direitos políticos, banimento do país, e a mais violenta supressão de suas ideias, executada por décadas, com o desaparecimento de suas obras de toda bibliografia das universidades brasileiras. Num macartismo que se reatualiza nos dias atuais, suas ideias são banidas dos debates acadêmicos pelo mais estreito preito ao pensamento único, ele próprio reedição dos velhos chavões que substituíram termos como comunistas por – terroristas, jurássicos, superados, xiitas etc. As Ciências Sociais se despolitizam, reduzindo as funções dos sociólogos, antropólogos e cientistas políticos à mera tarefa de “mapear os dados da realidade”, sem qualquer discussão sobre as causalidades implícitas na violência e nas neuroses de consumo, exibicionismo, hecatombes de guerra e fome, hedonismo e todas as manifestações de angústia social superficialmente comentados em

programas de rádio e televisão, permeados por propagandas das mercadorias mais esdrúxulas, tudo empacotado no kit entretenimento.

Para comunicação, divulgação científica, uma grande virtude deste livro é a leveza da linguagem que, transmitindo debates cientificamente estruturados pelas exigências acadêmicas, flui para todo leitor com a facilidade adquirida pela autora em décadas de sala de aula em todos os níveis do ensino, do curso fundamental ao universitário, lidando com técnicas de comunicação com crianças, adolescentes e adultos. Sem se afastar do rigor da linguagem científica, traduz o chamado “economês” numa narrativa atraente que prende o leitor à leitura de uma história do Brasil raramente acessível, fora dos circuitos da grande imprensa, a corporação mais interessada na desinformação. Este livro ao contrário, cumpre a principal função do comunicador que, segundo Nelson Werneck Sodré, é transmitir com responsabilidade dados da realidade, com análises conseqüentes e honestas, contribuindo para o processo de desalienação da sociedade.

Com este compromisso e desenvolvendo o “ofício de escritor”, Esther Kuperman nos presentearia com boa leitura, aprendizado dos “mistérios” da economia e, acima de tudo, com um modo de “fazer história” que nos permite “ver com transparência”, ao longo da história da implantação do “liberalismo econômico”, os diferentes retrocessos da marcha pela humanização do homem, representados pela primeira e segunda guerras, advindas da luta de conquista do lugar de “domínio do mundo”, pelas potências da guerra e do poder monetário. Nesta trajetória, podemos acompanhar o estado de perpétua guerra

dos Estados Unidos desde 1945, quando se faz visível a guerra fria, pelo sacrifício, perseguições e morticínio de homens como Joliot Curie, Josué de Castro, Arthur Ramos, Salvador Allende, Nelson Werneck Sodré, Gandhi e todos os mártires da implantação do liberalismo, hoje conhecido como neoliberalismo.

Esta tese transformada em rico ensaio de história torna claro para o leitor a força e a violência do projeto de Estado Mercado que, vitorioso no ocidente, pelas ogivas nucleares, as empresas de comunicação, petróleo, armas, corrida espacial e todas as demais “mercadorias” se expõe, como já o vimos nesta obra sobre o Brasil das últimas sete décadas, em toda a crueza de um ideário que substitui o lugar do homem no imaginário social, pelo lucro.

A atualidade deste estudo se manifesta nos noticiários de todo o mundo, onde governantes utilizam exércitos nacionais e todas as forças repressoras do “Estado de Direito”, para trucidar seus cidadãos, cujo maior crime é tentar defender a chamada cidadania, o direito à sobrevivência pelo trabalho, a posse dos bens nacionais por eles produzidos ou herdados dos ancestrais, a mesma bandeira dos derrotados no Brasil por defenderem um nacionalismo endógeno e não aquele fabricado em Bretton Woods, para exportação.

Comentário irônico sobre a atuação dos aliados contra o nazismo, afirmava que o ódio àquele sistema de governo se gerou da constatação de que Hitler aplicou aos europeus o tratamento que estes aplicavam aos povos do mundo, há mais de mil anos.

Quando o FMI, o Banco Mundial e o Banco Central Europeu, através dos países da Zona do Euro, obrigam os governantes da Espanha, Portugal e Grécia a roubar de seus cidadãos: emprego, aposentadoria, salários e todos os direitos “democraticamente” conquistados na fase da propaganda anti-comunista, em nome do “equilíbrio monetário”, aplicam o que receita para todos os países da América Latina, desde seus porta vozes brasileiros estudados neste trabalho, que apregoaram sempre a exigência de baixos salários e contenção de gastos públicos, receituário servilmente executado pelo atual governo brasileiro.

Enfim, rasga-se a máscara de democratas de históricos e contemporâneos liberais e neoliberais, quando até a ONU, criada para garantir a paz entre as nações, transforma-se em eficiente instrumento do monetarismo contra todos os direitos construídos na marcha de desenvolvimento cultural do homem.